



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,13% São Paulo	188.853 191.247 20/223/224/225/2	R\$ 5,125 (- 0,59%)	R\$ 1.621	R\$ 6,051	14,90%	14,74%	Setembro/20250,48 Outubro/20250,09 Novembro/20250,18 Dezembro/20250,33 Janeiro/20260,33

CASO MASTER

“Caixa não discute compra do BRB”

Secretário do Tesouro Rogério Ceron, que também é presidente do Conselho Administrativo do banco federal, afirma que a instituição olha para o banco do DF “tanto com a preocupação com a solidez do sistema financeiro quanto como oportunidade de negócio”

» EDLA LULA
» RAPHAEL PATI

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afastou, ontem, rumores sobre a compra de ativos do BRB pela Caixa Econômica Federal. Ceron, que também é presidente do Conselho de Administração da Caixa, disse que houve uma reunião dos conselheiros nesta semana, mas que não foi discutida a aquisição desses ativos pelo banco federal.

Ao responder, ontem, a perguntas de jornalistas que acompanharam a entrevista coletiva para detalhar o resultado do Tesouro, Ceron afirmou que a Caixa acompanha a situação financeira do BRB como qualquer outro banco e monitora oportunidades comerciais que possam surgir, mas negou que haja discussões, no conselho, para realizar uma compra de ativos do banco estatal, no momento.

“Caixa, Banco do Brasil, BTG, Itaú...todos acompanham a situação por dois prismas: tanto pela preocupação, por zelar pela solidez do sistema financeiro quanto pela oportunidade de negócio. A instituição Caixa olha de uma forma legítima”, salientou.

Ele reforçou se tratar de um olhar objetivo, considerando os princípios de boa governança. “A Caixa está olhando de forma objetiva esse assunto, como qualquer outra instituição financeira. Se isso vai se tornar, em algum momento, uma oportunidade, temos que acompanhar. Mas está sendo olhada com esse prisma, não olhando como uma

Diogo Zacarias/MF



Rogério Ceron também informou que não houve conversa para compra de ativos do Banco de Brasília pela Caixa

necessidade de ser uma política pública ou algo que não vai ser bom para a instituição Caixa”, garantiu.

Ele ressaltou que este é o cenário do momento, o que pode mudar ao longo do tempo. “Isso pode mudar ao longo das semanas ou meses, mas hoje é o estado da arte que tenho conhecimento tanto pelo Tesouro quanto pela Caixa”, disse.

Por várias vezes, durante a entrevista, Ceron frisou ser cedo para tomar uma decisão, destacando que o BRB está buscando suas soluções. “A instituição BRB e o ente federativo controlador (GDF) têm buscado mecanismos de garantir a liquidez e continuar as operações da instituição sem qualquer tipo de venda do controle acionário.”

“Se o BRB tiver que ter algum tipo de apoio, não é exatamente por meio de uma instituição financeira que isso tem que acontecer. Isso tem que acontecer com uma discussão mais ampla, com os mecanismos disponíveis, seja FGC (Fundo Garantidor de Créditos) ou outras alternativas que possam vir a ser cogitadas”, completou.

Alternativas

O Banco de Brasília adquiriu cerca de R\$ 12 bilhões em carteiras podres do Banco Master e busca vender parte desses ativos para reestruturar a saúde financeira da instituição.

O presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, tem agenda

marcada na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) no próximo dia 2, para discutir com os deputados o Projeto de Lei nº 2175/2026, que coloca imóveis públicos do DF à disposição como garantia em empréstimos do banco com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O texto estabelece um limite para as operações de crédito com o FGC ou outras instituições financeiras a R\$ 6,6 bilhões, o que sinaliza um possível tamanho do rombo financeiro causado.

Em entrevista ao **Correio**, no último fim de semana, Nelson de Souza disse que o valor do ágio ou deságio na venda dos ativos do banco dependerá do “apetite do mercado” e pelo fato de os imóveis escolhidos estarem em áreas valorizadas de Brasília, o presidente da instituição disse que a empresa espera uma “forte demanda” por esses papéis.

Aval para o DF

Centron também descartou a possibilidade de ajuda financeira ao governo do Distrito Federal para socorrer o BRB por meio de crédito com aval da União. Na entrevista, o titular da secretaria destacou que o Distrito Federal não tem capacidade de pagamento (Capag) para ser beneficiado com esse tipo de operação.

“O ente (DF) tem algumas questões fiscais delicadas, o que coloca um desafio relevante para conseguir obter um apoio de crédito sem aval da União”, complementou.

CPI do crime organizado avança sobre Master

» ALÍCIA BERNARDES

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado deu novos passos nas investigações sobre a atuação de instituições financeiras e possíveis conexões com organizações criminosas. Em reunião realizada ontem (25/2), o colegiado aprovou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático da empresa Maridt Participações S.A., que tem como sócio o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli. A decisão foi tomada no âmbito das apurações

que envolvem o banco Master, instituição no centro das investigações conduzidas pela comissão.

Além da quebra de sigilo, os parlamentares autorizaram o convite para que a advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro Alexandre de Moraes, compareça à CPI para prestar esclarecimentos sobre um contrato de prestação de serviços advocatícios que teria sido firmado com o banco investigado. O convite — e não convocação — foi definido após avaliação da advocacia do Senado, que ponderou sobre o sigilo profissional

entre advogada e cliente.

A ofensiva da CPI ocorre semanas depois de Toffoli deixar a relatoria dos inquéritos que apuram fraudes envolvendo o banco Master no STF. À época, o ministro foi alvo de críticas no Congresso Nacional e reconheceu publicamente ser sócio da Maridt Participações, empresa familiar que realizou operações financeiras com um fundo administrado por Fabiano Campos Zettel, cunhado do empresário Daniel Vorcara, apontado como figura central no caso Master.

O requerimento que embasou a quebra de sigilo da Maridt foi

apresentado pelo senador Alessandro Vieira. No pedido, o parlamentar solicitou que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) encaminhe à CPI informações bancárias, fiscais, telefônicas e telemáticas da empresa no período de 1º de janeiro de 2022 a 8 de fevereiro de 2026. Segundo o senador, a medida busca identificar eventual conflito de interesses do ministro do STF a partir das relações financeiras da empresa de sua família, diante do que classificou como “risco à moralidade pública”.

No mesmo contexto, a comissão

aprovou a convocação dos irmãos de Dias Toffoli — José Eugênio Dias Toffoli e José Carlos Dias Toffoli — também apontados como sócios da Maridt Participações. Ainda foram aprovados convites para que os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes prestem esclarecimentos à CPI, sem obrigatoriedade de comparecimento.

Durante a mesma sessão, a CPI analisou requerimentos de convocações e pedidos de quebra de sigilo relacionados a outros eixos da investigação. O presidente do colegiado, senador Fabiano Contarato, comunicou o cancelamento

da oitiva do ex-deputado estadual TH Joias, que estava prevista para esta quarta-feira (25/2). Segundo Contarato, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, ainda não respondeu ao pedido de autorização para a participação do investigado, que se encontra preso.

Na véspera, Contarato havia classificado o depoimento de TH Joias como “imprescindível” para o avanço das investigações, sobretudo para esclarecer a estrutura financeira e a articulação política atribuídas ao ex-parlamentar.

COMÉRCIO EXTERIOR

câmara aprova acordo Mercosul-UE

» VANILSON OLIVEIRA

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, o acordo de livre-comércio firmado entre o Mercosul-União Europeia (UE), que prevê redução de tarifas de importação e exportação para diversos setores. O texto agora segue para o Senado. Na última terça-feira, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) já havia aprovado o documento, que agora tramita como projeto de decreto legislativo.

Antes da votação, o deputado

Marcos Pereira (Republicanos-SP), relator do texto se reuniu com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e com o da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para tratar dos detalhes da votação. “Não vamos votar apenas um texto. Vamos votar qual será o tamanho do Brasil no mundo”, disse Marcos Pereira.

Hugo Motta destacou que o acordo insere o Brasil no mercado global. E caso seja necessário

alguns ajustes, os detalhes passam a ser tratados pelo Itamaraty. “Hoje a nossa Casa escreve um capítulo decisivo para nossa inserção no mercado global. Agora é hora de colher os frutos, de destravar o desenvolvimento e colocar o Brasil no topo da agenda comercial do mundo”, disse.

O acordo pode gerar um ganho significativo para as exportações de produtos fabricados no Brasil. De acordo com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), a parceria

deve gerar um aumento de receita da ordem de US\$ 7 bilhões para as empresas nacionais.

A Apex destacou que o acordo prevê uma redução imediata de tarifas para itens estratégicos da pauta exportadora brasileira, como máquinas e equipamentos de transporte, casos de motores e geradores para energia elétrica, motores de pistão (autopeças) e aviões. Também pode haver ganhos com a venda de couro e peles, pedras de cantaria, facas e lâminas e produtos químicos.

Bruno Espada/Câmara dos Deputados



O deputado Marcos Pereira foi o relator do projeto que reduz tarifas